

Sarney reforçará base parlamentar após votação

ARTUR PEREIRA

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney prepara uma nova ofensiva, a ser deflagrada no dia seguinte à votação do sistema, com o objetivo de formar uma base parlamentar de apoio a seu Governo, para garantir o final do período de transição. Pela avaliação do Palácio do Planalto, o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, dificilmente terá condições de manter a unidade do partido e sua divisão possibilitará a formação do bloco de apoio ao Governo, que será engrossado por parlamentares do PFL e de outras legendas. Essa próxima ofensiva poderá implicar uma nova reforma no Ministério.

O primeiro passo na nova iniciativa do Governo para consolidar uma bancada fiel ao Presidente no Congresso foi dado na sexta-feira. Durante o café da manhã, no Palácio da Alvorada, Sarney recebeu do Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, uma proposta de programa de Governo que ele próprio solicitara. O ex-Chefe do Gabinete Civil da Presidência, segundo interlocutores do Presidente, está de malas prontas para voltar a apoiar o Governo, embora não se cogite de sua volta ao Ministério.

Pelo menos um dos oito Governadores recebidos ontem, em audiências individuais, ouviu do Presidente o anúncio de que vai lutar por uma base de apoio parlamentar. O Governador do Paraná, Alvaro Dias, revelou que Sarney está preocupado em garantir a governabilidade do País.

O Presidente fará um apelo em favor da unidade no dia seguinte à votação, de forma a evitar um retrocesso político. Ele está convencido de que a governabilidade só pode ser atingida com a formação de uma base política independentemente de origens partidárias — revelou Alvaro Dias.

Pela avaliação de assessores do Planalto, a iniciativa do Presidente de trabalhar na construção de uma



Alvaro Dias diz que preocupação do Presidente é com governabilidade

base de apoio no Congresso foi reforçada pelos episódios do último fim de semana, quando Ulysses fez várias tentativas de acordo visando à aprovação do parlamentarismo-já com cinco anos. As gestões do Deputado desagradaram Sarney.

Em conversas informais com políticos, ele tem se queixado de que o PMDB impediu que tivesse maior respaldo político no Congresso. O Presidente entende que o respaldo ao Governo seria alcançado tendo como ponto de partida o PFL, mas o PMDB sempre lutou para inviabilizar essa estratégia. Assim, a nova ofensiva do Governo no campo político terá como consequência imediata o afastamento cada vez maior entre Sarney e Ulysses. Esse afastamento seria materializado, da parte do Governo, através da exoneração dos Ministros próximos ao Presidente do PMDB — Renato Archer, Luís Henrique, Celso Furtado e Almir Pazzianotto.

No Palácio do Planalto, a expectativa na véspera da votação do sistema de governo é de que a aprovação do presidencialismo manterá um nú-

mero expressivo de parlamentares do PMDB atrelados à influência do Governo. Com isso, os setores moderados do partido dependeriam menos da liderança de Ulysses.

Neste contexto, crescem no Planalto os rumores de uma reforma ministerial logo após a definição do sistema de governo e da duração do mandato presidencial. Alvaro Dias, um dos envolvidos na nova articulação governista, ainda mantém certa cautela quanto a uma eventual alteração no Ministério. Afirma, porém, que a sustentação política do Governo e da transição democrática não deve ser motivo de barganha.

Ulysses, indagado sobre a possibilidade de o Governo afastar-se novamente do PMDB, disse que não acredita nisso, mas está preparado para as consequências do resultado das votações sobre o sistema de governo e o mandato. No sábado, ele recebeu pelo menos uma informação animadora: o Ministro-Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, disse-lhe que os militares acatarão as decisões da Constituinte.

Ministros do TCU terão agora oito anos de mandato

BRASÍLIA — O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle externo, foi substancialmente alterado ontem pela Assembleia Constituinte. Ele crescerá de nove para 12 Ministros — sendo dois terços por escolha do Congresso e um terço por indicação do Presidente da República — e seus membros terão mandato não renovável de oito anos, em vez da vitaliciedade atual.

A emenda que introduziu as alterações foi aprovada por 326 votos contra apenas 25 e seis abstenções. Ela resultou de acordo entre as lideranças partidárias, que rejeitaram os textos do Centrão e da Comissão de Sistematização.

Ontem, aliás, os acordos permitiram a aprovação de várias emendas, embora o quorum não tenha chegado a 400 Constituintes.

Uma delas deu poderes à Câmara dos Deputados e ao Senado para requererem ao TCU a realização de inspeções e auditorias de caráter financeiro, contábil, orçamentário e patrimonial nas unidades administrativas dos três Poderes — inclusive nas empresas estatais. Esta emenda recebeu 317 votos favoráveis, um contrário e quatro abstenções.

O texto que alterou a composição atual do TCU assegura a vitaliciedade dos atuais Ministros. Mas os próximos terão oito anos de mandato, mais de 35 e menos de 65 anos de idade, notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e de administração pública, além de mais de dez anos de atividade profissional.

Os quatro Ministros que serão indicados pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado, terão de ser escolhidos, alternadamente, entre auditores concursados e membros do Ministério

Público junto ao próprio TCU, que indicará lista tríplice de acordo com os critérios de antiguidade e merecimento.

Os Ministros só poderão se aposentar com as vantagens do cargo se o tiverem exercido por mais de cinco anos.

Ficou mantido, sem emendas, o texto do Centrão que autoriza o TCU a fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais, onde a União tenha participação direta ou indireta no capital social. De acordo com emenda aprovada por 326 votos contra 13, o TCU fiscalizará a aplicação de todos os recursos repassados pela União, por convênio, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As punições aos responsáveis por irregularidades serão definidas em lei, que fixará multa proporcional ao dano causado ao Tesouro.

Ainda sem emendas, foi mantido o texto que autoriza comissão mista do Congresso Nacional a sustar despesas não autorizadas que causarem danos à economia pública.

A Constituinte também decidiu que o controle interno será feito, de forma integrada, pelos três Poderes, com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas plurianuais e dos programas governamentais; comprovar a legalidade e avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos; e exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias.

Pelo texto aprovado, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar, na forma da lei, irregularidades ou abusos perante o TCU. Foi definido ainda que os Tribunais de Contas estaduais continuarão a ser integrados por sete Conselheiros, de acordo com os critérios de suas respectivas Constituições.

Golpe do cocar

O PRESIDENTE da Constituinte e todos os Líderes partidários largaram uma sessão plenária em meio para receber um grupo de pressão para o qual todas as portas se abrem em Brasília: os índios.

EM TROCA de um cocar vermelho e de fascinante demonstração de dança ritual, o Deputado Ulysses Guimarães prometeu justiça "aos nossos ancestrais".

OCORRE que os ancestrais querem a supressão do dispositivo constitucional que retira dos índios aculturados a proteção reservada aos juridicamente irresponsáveis.

ESTRANHA reivindicação: aculturado, o índio é cidadão comum, com os direitos e deveres que isto implica. Não há aí discriminação, mas constatação.

OS CAIAPÓS que foram a Brasília tinham um certo direito de tentar. Afinal, os seus antepassados aceitaram espelhos e miçangas em troca de metais preciosos. Mas os constituintes têm o dever de se guiar pelo bom senso.

NEM QUE seja preciso devolver o cocar.